



Lição:

***A formação da paisagem humana num território de montanha.
Abordagem etnoarqueológica à Serra do Caramulo numa
perspetiva da longa-duração.***

Catarina Maria dos Santos Guerra Tente

Apresentação no âmbito das Provas para obtenção do título de Agregado na área científica de Arqueologia apresentada na Universidade Nova de Lisboa, de acordo com o ponto 2 do Artigo 8º do Decreto-Lei nº 239/2007 de 19 de junho, atualizado pelo DL nº 64/2023 de 31 de julho.

Lisboa, 17 de outubro de 2023.

1. Enquadramento pedagógico

A escolha do tema para a lição no âmbito das Provas para obtenção do título de Agregado no Ramo de História, especialidade de Arqueologia, a apresentar está alinhada com as temáticas abordadas na Unidade Curricular de Arqueologia Rural, cujo conteúdo programático se apresenta igualmente a esta provas. Não sendo especificamente uma das aulas que ali se expuseram, o tema escolhido possibilita fazer a relação entre temas, metodologias tratadas e a investigação desenvolvida pela autora. Trata-se de uma lição que pode ser adicionada ao plano apresentado no relatório, de acordo com o número de alunos, decorrendo do número de sessões para apresentação de trabalhos, e com os interesses e perfil dos alunos.

O tema da formação da paisagem humana num território de montanha, possibilita abordar os territórios ditos marginais e ainda discutir abordagens metodológicas interdisciplinares ao estudo de um espaço rural. Esta lição está alinhada com os principais objetivos pedagógicos definidos para o Mestrado de Arqueologia:

- Adquisição de formação aprofundada nas grandes áreas de especialização cronológicas e em metodologias transversais da Arqueologia;
- Obtenção de conhecimentos teóricos e práticos;
- Incorporação de saberes complementares à Arqueologia, no quadro da multidisciplinaridade necessária à compreensão do passado humano.

No que se refere aos objetivos mais específicos da Unidade Curricular pretende-se que os alunos possam através desta lição:

- Apreender a diversidade do tipo de vestígios materiais que podem ser recuperados em termos arqueológicos e que se relacionam com o espaço e as atividades agrárias.
- Conhecer casos práticos do estudo arqueológico do espaço rural relacionando-os com os diferentes períodos históricos;
- Percecionar os elementos que compõem uma paisagem rural;
- Compreender a evolução da paisagem e os principais momentos de transformação.

2. Justificação e enquadramento conceptual

Dados recentes revelam que as zonas rurais cobrem mais de 80% do território total da União Europeia e albergam apenas 30 % da população. Ainda que as zonas rurais europeias sejam muito diferentes entre si, elas enfrentam problemas comuns tais como: o declínio demográfico; baixos rendimentos e a falta de oportunidades económicas; fraco acesso a serviços e conectividade, baixos níveis de educação e competências digitais; e baixas taxas de emprego. Um dos principais objetivos da política da UE para o futuro é manter zonas rurais vibrantes. Contudo, reconhece-se que as economias rurais enfrentam desafios e, principalmente, uma série de pressões socioeconómicas. Para dar resposta a estes desafios a Comissão Europeia desenhou, até 2040, um programa de desenvolvimento para as zonas rurais que tem por objetivo assegurar que as comunidades rurais sejam mais “fortes, interligadas, resilientes e prósperas”.

Também as zonas rurais portuguesas enfrentam estes desafios. Desde a década de 60 do século XX, que o fenómeno do êxodo rural se começou a sentir, mas foi, sobretudo, nos últimos 40 anos que o processo acelerou. Este fenómeno que está intimamente ligado a um outro que tem vindo a ser denominado como litoralização da população. Cerca de 20% da população do país concentra-se nos

sete municípios mais populosos, todos eles litorais (Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia, Porto, Cascais, Loures e Braga) que, no entanto, ocupam apenas 1,1% do território. Contrariamente, os espaços rurais/florestais ocupam em Portugal cerca de 92%¹, mas aqui apenas vive [e não necessariamente trabalha] cerca de 13% da população². Portugal foi um país eminentemente rural durante largas décadas do século XX, aliás, em 1960 a relação entre população rural e urbana era de 65,7% e 22,7% respetivamente (Peixoto, 1987). O êxodo rural acentuou-se a partir de 1981 e, por isso, uma grande parte da população mantém ainda ligações com estes espaços. Quer na Europa, como em Portugal, a identidade cultural de cada um dos territórios rurais, a qual está intrinsecamente conectada com a sua história e patrimónios. Estes têm um papel relevante no desenvolvimento e valorização socioeconómica de cada região, mas também no sentido de pertença, de origem, dos que partiram para as cidades. Compreender os percursos da/s história/s de cada uma dessas regiões, identificar e entender os fatores atuantes na construção e remodelação das paisagens e estruturas socioeconómicas, é fulcral para a valorização da identidade individual (Fernández Mier e Flecha Rebollar, 2022), mas também para a sua integração nos grandes fenómenos históricos que definiram e definem a Europa.

Em termos teórico-metodológicos o foco desta lição assenta fundamentalmente em dois conceitos principais: o da micro-história, o da análise histórica na longa duração. A conjugação de ambas, pode parecer ser contraditório, mas não o são e, na verdade, complementam-se. A micro-história, tal como definida por P. Levi (1991) baseia-se na redução da escala de observação (em termos de espaço, mas também de tempo), optando-se por selecionar objetos de menor escala e estudar as fontes disponíveis de forma exaustiva. Tal poderá ser antagónico com uma abordagem histórica de longa-duração, uma vez que a limitação temporal característica da micro-história estaria comprometida. Desde F. Braudel (1966) que a historiografia entendeu que há fenómenos que só podem ser analisados no transcorrer do tempo e só uma abordagem na longa diacronia os permite descrever e entender. Um dos objetos de estudo ao qual se impõe uma abordagem deste género é precisamente a construção e remodelação da paisagem por via antrópica. A paisagem é um palimpsesto que resulta de diferentes fenómenos, uns conjunturais, outros estruturais. Numa paisagem rural e, em particular numa de montanha, esses vários fenómenos têm tendência a deixar marcas mais duradouras. Por outro lado, a escala de observação espacial sustentada pela micro-história é a que possibilita analisar exaustivamente todos os dados disponíveis (históricos, etnográficos, arqueológicos, biológicos e geográficos). Permite assim focar a atenção em vários grupos sociais, indivíduos e acontecimentos que ao longo do tempo atuaram e determinaram alterações nos sistemas socioeconómicos, ideológicos e culturais, que se foram materializando na própria paisagem. A micro-história permite chegar a descrições densas de casos-estudo particulares, evitando o determinismo e as interpretações generalistas (Grendi, 1994; Ribeiro, 2019). Mas são estes casos estudos, que fazendo parte de um todo, possibilitam compreender também os fenómenos históricos mais estruturantes e a sua ação numa escala mais local.

O uso da análise histórica de fenómenos sociais de escala local, o que W. Davis (1988) denominou de *small worlds*, tem-se mostrado eficiente no estudo da complexidade das sociedades locais durante a

¹ Dados da Direção Regional do Território,
https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/folheto_cos_lq.pdf

² Dados do INE com base no Censos 2021,
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008856&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

Idade Média e na emergência e papel das elites locais na vida social das comunidades, bem como na compreensão das relações entre comunidades locais e poderes dominantes (Quirós Castillo, 2020). Todavia, esta aproximação ao estudo da escala local não fica fechada em análises de carácter localista ou sectarista, pois possibilita integrar as “pequenas histórias” nos fenómenos estruturais que marcaram o devir da História, construindo-se, pois, narrativas históricas mais integradoras, abrangentes e ricas. O objetivo deste tipo de abordagem seria, tal como definiu C. Orser (2016: 180), compreender que rede social funcionava em determinado contexto histórico integrando assim estudos de escala local em fenómenos históricos mais globais. Deste modo, considera-se que a abordagem da micro-história e da análise histórica de longa duração como sendo as adequadas para estudar um território e uma paisagem de montanha. Estes conceitos são ainda complementados por uma aproximação ao estudo da paisagem na perspetiva da arqueologia da paisagem, a qual implica estudar a paisagem como um palco de ação de relações sociais complexas, analisando as suas várias componentes, as visíveis e as invisíveis (Orejas e Ruiz del Árbol, 2013).

É num misto de estudar o passado através de uma abordagem multidisciplinar, mas olhando igualmente para o futuro dos territórios rurais portugueses e das suas populações, que se escolheu a temática desta lição.

3. A Serra do Caramulo como caso de estudo - o projeto MONS

Só recentemente é que a investigação arqueológica sistemática de áreas montanhosas se desenvolveu na Península Ibérica. As principais referências em Espanha podem ser encontradas nos grupos de investigação que trabalham nos Pireneus (Gassiot e Pèlachs, 2017; Rendu, 2016; Palet et al., 2017), nas Montanhas Cantábricas (Fernández-Mier, 2010, 2013) ou na Serra Nevada (Martin e Bonet, 2015). Através do estudo de locais de habitação, parcelas agrícolas e zonas de pastagem, foi possível definir fases cronológicas e singularidades culturais/ambientais na formação destas paisagens de montanha. Além disso, estudos como estes demonstram a importância de análises em microescala para estudos comparativos trans regionais subsequentes.

A investigação portuguesa é bastante diferente. Estudos anteriores no país tiveram lugar entre o final do século XIX e os anos 70 e basearam-se, principalmente, em relatos etnográficos (nos quais fontes escritas vieram a ser utilizadas) feitos por geógrafos (Ribeiro, 1939, 1941a, 1948; Girão, 1940, 1941; Dias 1949, 1965; Ribeiro e Santos, 1951; Leal 2000). Em meados do século XX, a pastorícia transumante atraiu particularmente a atenção destes investigadores (Carvalho e Tente, 2023). Contudo, esta investigação etnogeográfica perdeu continuidade num momento coincidente com o abandono generalizado do mundo rural tradicional devido à mecanização da agricultura e dos fluxos migratórios, um processo que também afetou as zonas de montanha. Do mesmo modo, a investigação arqueológica continuou a dar pouca atenção a estas denominadas paisagens marginais. De facto, de muitas das estruturas agrárias estarem em uso até muito recentemente impediu que fossem consideradas um tema de investigação pela arqueologia.

Depois de uma incursão pelo estudo arqueológico da ocupação alto medieval da Serra da Estrela, a nos últimos anos os projetos de investigação da signatária têm sido dirigidos para a Serra do Caramulo. Trata-se de cadeia montanhosa de baixa altitude, atingindo no seu ponto mais elevado os 1075m (situado no atual concelho de Tondela). Apesar de ter uma altitude média, o Caramulo

representa uma divisão entre a plataforma costeira da Beira Litoral e os planaltos interiores da Beira Alta. Para além da sua orografia, apresenta também condições bioclimáticas particulares caracterizadas por precipitações mais elevadas que a zona interior da Beira (>2000mm). Tal permitem o crescimento de florestas de carvalhos e pinheiros juntamente com uma densa cobertura arbustiva. Dos seus cumes obtém-se uma vista impressionante sobre todo o interior a Este, com a Serra da Estrela no horizonte, e a costa atlântica a Oeste, onde se destaca a ria de Aveiro.

Outro elemento estrutural desta região é o rio Vouga. Ele corre adjacente aos flancos Norte do Caramulo, e a sua bacia média desempenha um papel importante simultaneamente como passagem natural [entre o interior beirão e a plataforma costeira] e como faixa estreita de terra propícia à fixação de povoamento. O rio assume-se como um eixo articulador e simultaneamente agregador, já que foi em seu torno que se formou, provavelmente durante a Alta Idade Média, a Terra de Lafões.

A investigação arqueológica recente na Serra do Caramulo, e mais concretamente no concelho de Vouzela, tem-se centrado principalmente no levantamento e inventário de campo de todas as evidências numa clara perspectiva diacrónica, isto é, reconhecendo e inventariando todos os vestígios desde a Pré-história. Este foi o âmbito de um primeiro projeto levado dirigido o concelho de Vouzela, que se intitulou "Estudo do Património Histórico e Arqueológico de Vouzela" (2016-2020), coordenado por M. L. Real, A. F. Carvalho e C. Tente (2017). Foi na vigência deste projeto que ocorreram os violentos incêndios florestais de 15 de outubro de 2017. No concelho de Vouzela estes incêndios consumiram mais de 80% da cobertura florestal, o que veio permitir a realização de prospeções arqueológicas sistemáticas e intensivas, levando à identificação de sítios arqueológicos inéditos, até então escondidos sob a espessa cobertura florestal e arbustiva. Esta janela de oportunidade permitiu um aumento de 400% no número de sítios arqueológico de todos os períodos cronológicos (Carvalho et al., 2020; Real et al., 2019). A estes acresce ainda a identificação de antigas estruturas agrárias - caminhos, terraços, abrigos de pastores, currais, estruturas habitacionais – cujos dados sugerem uma exploração ininterrupta da montanha desde o Neolítico.

A grande quantidade de dados veio permitir o desenvolvimento de novos projetos de investigação específicos centrados em diferentes tópicos e períodos, e que abordam desde os primeiros construtores megalíticos no IV milénio a.C. até à exploração de minas de estanho e de volfrâmio no século XX. O projeto MONS - Etnoarqueologia da Serra da Beira Alta (Vouzela-Lafões - 2022-2025) - nasce neste enquadramento.

Com exceção de referências etnohistóricas ocasionais do A. Girão (1941), a Serra do Caramulo raramente havia sido estudada de forma sistemática e numa perspectiva diacrónica. Por se tratar de um território extenso, o projeto MONS centrou-se em três das nove freguesias que hoje compõem este concelho em Vouzela, e cujo território abrange as terras altas do Norte do Caramulo e da margem esquerda do rio Vouga. O objetivo foi centrar a atenção nestas três freguesias de montanha (Cambra e Carvalhal de Vermilhas, Fornelo do Monte e Ventosa) que se constituem como um caso-estudo piloto, onde se experimentam metodologias de abordagem interdisciplinares que possam servir de referência ao estudo da ocupação humana de outras montanhas portuguesas do centro de Portugal.

O objetivo do projeto é obter uma visão sistemática das interações homem-paisagem na longa

duração, e, mais especificamente, possibilitar a caracterização das estruturas de povoamento, das origens dos baldios, das práticas de agro-pastoris, e a avaliação do impacto humano global na paisagem montanhosa. Tal implica uma reanálise detalhada de dados geográficos, registos arqueológicos, fontes escritas e testemunhos etnográficos, de modo a analisar estes processos bastante complexos. Uma abordagem etnográfica e arqueológica conjunta dá especial atenção aos inquéritos dirigidos à população local. De facto, toda uma geração de antigos proprietários, pastores e agricultores representam uma fonte única, mas finita, de informação sobre os modos de vida tradicionais, dados fundamentais na orientação do trabalho de campo arqueológico, dada a recente transformação da paisagem na sequência da substituição dos sistemas tradicionais de pastoreio e agricultura pela exploração intensiva e mecanizada dos recursos florestais e a introdução de espécies exógenas (por exemplo, o eucalipto).

O plano e métodos de investigação do MONS são inovadores na investigação portuguesa e baseiam-se numa abordagem articulada entre a investigação arqueológica, etnográfica e histórica, geográfica, geológica e química.

4. Tópicos de investigação

Face aos dados atualmente disponíveis conseguem-se traçar algumas linhas evolutivas das formas de exploração e uso da montanha ao longo do tempo, alicerçada em tópicos concretos de investigação que se apresentam resumidamente de seguida.

O início da antropização – o papel da serra nas sociedades agro-pastoris da pré e proto-história

A mais antiga presença humana registada no Caramulo é representada pelos dólmens, estando os mais antigos datados do início do IV milénio a.C. (Neolítico Médio). A investigação que tem sido levada a cabo no projeto MEGA – Megálitos, Espaços, Gentes e Ambiente nas manifestações tumulares pré e proto-históricas de Lafões, da responsabilidade de A. F. Carvalho, tem vindo a mostrar que os dólmens até ao momento identificados aparecem ou isolados na paisagem ou agregados em conjuntos de dois ou três monumentos, posicionando-se em pontos mais destacados, em plataformas de meia encosta ou em pequenas bacias de montanha (Carvalho e Carvalho, 2018). Estes monumentos ocupam locais com altitudes variadas, mas aparecem mais frequentes em dois limiares altimétricos principais: um entre as linhas de contorno 700-800 m de altitude e outro acima dos 800 m. Outra tendência observada é a de que os monumentos estão localizados nas proximidades de nascentes ou zonas húmidas e/ou junto a passagens naturais que dão acesso às plataformas superiores da montanha. Todavia, conhece-se apenas os espaços funerários e não os sítios de habitação, pelo que a investigação passará por tentar identificar esses locais e compreender se o uso da montanha para as sociedades pré-históricas era sazonal ou permanente (Carvalho, 2018).

Durante a proto-história a escala de ocupação e a sua intensidade mudou. Em grande parte, devido aos recursos minerais ali existentes. Um estudo sobre os Bronzes de Figueiredo da Donas (Vouzela), da autoria de E. Figueiredo (2021), vem comprovar não só a disponibilidade e exploração de estanho na região, como documenta o domínio das técnicas mais avançadas a Idade do Bronze (II milénio a.C.) na produção de artefactos da liga de bronze durante. É nesta época que começaram a povoar-se os cabeços mais destacados, aparecendo diversos povoados fortificados (castros). Estes são

acompanhados por uma proliferação de numerosas necrópoles (pequenas mamoaas com cistas de incineração). A dispersão de vestígios, a sua dimensão e densidade sugere uma intensa ocupação do território durante esta fase (Carvalho e Carvalho, 2018). Alguns destes povoados continuam a ser ocupados na Idade do Ferro, tendo, todavia, ocorrido novas fundações de povoados fortificados durante o I milénio a.C. (Canha, 2021). A região lafonense tem a maior densidade deste tipo de povoados de toda a Beira, o que indicia, só por si, a disponibilidade de recursos fulcrais para as economias proto-históricas, que aparentemente resultam da conjugação entre recursos estaníferos e terrenos propícios a atividades agro-pastoris.

O impacto da Romanização

Apesar da quantidade de dados provenientes da prospeção, não são abundantes os sítios de período clássico, particularmente os relativos a ocupações rurais (Tente et al., 2021a). O sítio mais impressionante deste período na região são as Termas Romanas de São Pedro do Sul. É possível que estes banhos termais possam ter sido já explorados na Idade do Ferro (Mendes-Pinto e Reis, 2021), mas é no período romano que ganham escala e monumentalidade. Ainda que a cidade de *Vissaium* não fosse distante, e para lá confluíssem muitos dos caminhos, é verosímil que as termas [ou edifícios que lhe estariam anexos] possam ter também desempenhado funções administrativa deste território no âmbito da gestão imperial (Real e Tente, 2020). Não obstante o potencial agrário da região, foram, certamente, os recursos minerais disponíveis que chamaram a atenção o Estado Imperial. Estes recursos, eram, como referido, explorados pelo menos desde a Idade do Bronze.

Efetivamente, ao analisar-se a localização dos castros proto-históricos que foram romanizados conhecidos no concelho de Vouzela, verifica-se que os mesmo se localizam tendencialmente na área mineira por excelência, que se situa na metade Nordeste do concelho. Apenas um terço (três em cada oito) dos povoados da Idade do Ferro continuaram a ser ocupados em período Romano (Canha, 2021) e estes localizam-se todos nessa área e próximos dos banhos romanos de São Pedro do Sul. O facto de as minas de estanho, historicamente documentadas na região - como Carvalhal do Estanho e Bejanca (Real et al., 2021), estarem localizadas neste sector, apoia suporta esta inferência. Coincidentemente é também aqui que se localiza a principal necrópole de período romano conhecida neste território, denominada de Carvalhal do Estanho (Figueiredo, 1953; Alarcão, 1988; Real e Tente, 2020; Tente et al., 2021a).

Aparentemente os castros na metade Sudoeste do concelho de Vouzela vão sendo progressivamente abandonados. Todavia, nas terras mais montanhosas conhecem-se diversas inscrições rupestres (em caracteres latinos) que datam do período romano. Uma é de carácter votivo, sendo dedicada a uma divindade indígena lusitana, e as outras quatro têm um teor mais administrativo, correspondendo a nomes de lugares e a divisões entre povos (Redentor, 2021). Estes vestígios parecem documentar não só a presença de grupos de origem pré-romana, mas também a importância simbólica (e talvez económica) da montanha e dos seus recursos. Tal pode ser inferido pela necessidade que houve de deixar indelevelmente marcados em inscrições rupestre os limites entre territórios. Era importante clarificar a posses e/ou o usufruto de terras e águas na montanha. Duas das inscrições localizam-se em pontos que ainda hoje são limites entre diferentes freguesias o que, de alguma forma, confirma a providência dos elementos estruturadores dos territórios de montanha

É, por isso provável, que ainda que a montanha possa ter tido um papel secundário na economia romana da região, que as terras altas da Serra do Caramulo continuaram a ter importância e simbolismo para as populações locais.

A formação do povoamento rural – a rede de aldeias e a ocupação sazonal da montanha na Idade Média

Até ao século IX não há qualquer referência na documentação a povoações, aldeias, castelos ou pessoas deste território. A primeira menção ocorre em 928 e refere-se apenas ao local onde foi firmada a doação de *Villa Cova* ao mosteiro de Lorvão, por parte de Onega e seus filhos. O documento foi assinado na vila de *Abozamates*, correspondendo à atual aldeia de Moçamedes. O facto destas elites condaís terem aqui propriedades e interesses poderá estar relacionada com a ligação que haviam mantido com o Príncipe Bermudo Ordonhes, que se teria refugiado na região após a derrota frente ao seu irmão Afonso III das Astúrias (Real, 2013, 2018, 2020). Ainda que não se consiga identificar qual foi a origem do interesse destas elites por esta região, não é inverosímil que a termas possam ter sido um polo de atração. A arqueologia dos edifícios termais comprovou não só que as termas estavam então em funcionamento, como documentou a construção de um edifício religioso, o que já havia sido proposto por M. L. Real (Mendes-Pinto e Reis, 2021). O estabelecimento deste grupo de nobres, que gravitavam em torno de Bermudo, terá alavancado o desenvolvimento de elites locais. Estas vão ser visíveis na documentação a partir do século XI, o que contrasta com o que conhecemos para os outros territórios beirões, em que estes processos de senhoriação, quando ocorrem, parecem ser mais tardios.

Embora a documentação dos séculos IX e X não permita afiançar a existência de aldeias, a menção a igrejas deixa antever uma relação com espaços habitados, ainda que não seja claro se nesta fase povoamento seria mais ou menos disperso. No entanto, a falta de dados não permite entender se a fundação das igrejas teve lugar em comunidades pré-estabelecidas ou se, pelo contrário, foi a principal razão para a remodelação do sistema de povoamento. O processo de estabelecimento de uma rede de povoamento estável em Lafões parece ser mais precoce do que noutros territórios da mesma região. Isto poderia explicar a dificuldade na identificação de povoados datados dos séculos X e XI, na medida em que estes já deviam ocupar os locais onde se situam as aldeias atuais.

Conhecem-se dez documentos, com cronologias balizadas entre 1083 e 1527, que de referem à área de estudo no projeto MONS. Estes permitem referenciar 34 lugares/povoações de dimensões variadas. Da análise da sua localização e da data em que são referidos pela primeira vez na documentação, verifica-se que as referências a lugares/povoações na documentação diminuem à medida que a altitude aumenta. Acima dos 800m, apenas três localidades são referidas (as atuais aldeias de Covas, Covelinho e Adsamo). Também parece claro que quanto maior é a altitude mais tarde a povoação é mencionada no registo escrito. Mesmo olhando para uma área reduzida como é a que está em estudo, é bastante evidente que apenas no final do século XII aparecem menções a povoações situadas acima da linha dos 700m. Admitindo que a primeira referência escrita não tem de corresponder a uma data próxima da fundação da povoação, os dados de que dispomos cruzam-se de forma complementar com os dados do registo arqueológico. De facto, a arqueologia tem revelado povoados sazonais localizadas entre os 700m e os 900m de altitude fundados durante a Idade Média. O estudo destes locais permite uma melhor compreensão da construção da rede de povoamento

desta fase e compreender melhor a relação entre o sítios de vale e de meia encosta e os povoados de montanha. Os dados preliminares das escavações dos Lameiros Tapados (Tente et al., 2021b) e do Tapado das Casas, ambos localizados acima da cota de 700m de altitude, revelam que, durante a Alta Idade Média, as unidades de povoamento dos vales e meia encosta eram complementados com povoados sazonais destinados à exploração das pastagens de Verão. Este modelo de exploração dos recursos de montanha ter-se-à mantido durante vários séculos, mas teve tendência a desaparecer, num processo que parece estar relacionado com o surgimento de povoados perenes nas altitudes mais elevadas.

No início do século XVI, a maioria das povoações conhecidas atualmente estão já estabelecidas. As alterações ao povoamento que se registam desde então estão correlacionadas, fundamentalmente, com o êxodo rural dos últimos 100 anos e com uma maior concentração de população em alguns dos povoados em detrimento de outros.

Sistemas agropastoris e o impacto da introdução do milho

Após o século XV as mudanças na paisagem terão ocorrido, sobretudo, ao nível da alteração dos sistemas agrários e da ampliação de áreas cultivadas. Um dos elementos fulcrais nestas alterações foi a introdução do cultivo do milho americano.

O *Zea mays* é uma das culturas centrais do sistema agro-pastoril tradicional da região de Lafões. O seu cultivo foi uma “revolução”, usando as palavras de O. Ribeiro. A sua introdução terá implicado um aumento das parcelas irrigadas, arroteamento de novas terras, ampliação dos sistemas de socalcos, mais muros e delimitações de parcelas, novos caminhos e novos canais de irrigação, alteração nos ciclos de produção e na combinação de cultivos e, provavelmente, uma modificação nos sistemas de pastoreio. Motivou ainda o aparecimento de uma estrutura específica para a armazenagem das espigas, os espigueiros ou canastros, que marcam ainda hoje a paisagem da região. Embora se reconheça que o milho graúdo terá tido um grande impacto nos sistemas agro-pastoris de Lafões, não há dados que indiquem o momento da sua introdução e a intensidade do processo de transformação da paisagem agrária inerente. Foi uma expansão rápida, revolucionária, como fizeram crer vários autores que escreveram sobre este assunto na primeira metade do século XX, ou foi uma expansão progressiva?

A documentação disponível para a região também não ajuda no reconhecimento da introdução desta cultura verdadeiramente revolucionária em termos de rendimento produtivo. Não há referências específicas ao milho graúdo (grosso, milho ou maçaroca) na documentação estudada. A menção ao milho, sem qualquer qualitativo distintivo, não permite destringir se os documentos se referem ao milho miúdo ou painço (*Panicum miliaceum* e *Setaria italica*), amplamente documentados na arqueologia da Alta Idade Média da região beirã, ou se podem estar já a referir-se ao milho americano.

Está ainda por estudar com profundidade histórica o impacto da introdução do milho americano em Portugal. O. Ribeiro, em 1941, publica um pequeno texto sobre a disseminação do milho, referindo que este ter-se-à propagado “na terceira década do século XVI” e que o sucesso terá sido tão significativo que Manoel Severim de Faria, nos inícios do século XVII, o refere como sendo o cereal

mais comum das gentes do Entre Douro-e-Minho e Beiras (Ribeiro, 1941b). Com base em informações de autores seiscentistas, menciona ainda que teria sido a partir dos campos do Mondego que a espécie é introduzida. Todavia, os dados da documentação não são inequívocos, pois o facto de se usar a mesma designação para vários produtos não clarifica o momento da introdução do *Zea mays* e não permite reconhecer o ritmo da sua expansão nos campos rurais portugueses (Ribeiro, 1991).

A análise de vários perfis polínicos da região do Baixo Mondego, mais concretamente de lagoas na região de Quiaios, detetou a presença do milho americano (Danielsen, 2010). Porém, a falta de uma cronologia fina, para os vários momentos identificados nessas amostras, inviabiliza uma precisão cronológica do incremento da cultura desta espécie nos campos do baixo Mondego.

Faltando dados documentais que possam esclarecer a introdução e cultivo desta espécie na região de Lafões, o avanço no estudo deste tópico passa exclusivamente pela realização de sondagens em parcelas irrigadas localizadas em socalcos para tentar entender o processo da sua formação e a cronologias das várias fases de uso. Também o estudo de amostras de restos paleobotânicos provenientes de escavações de locais habitados, onde se poderão conservar restos de milho, possibilitará o avanço do conhecimento.

A formação e a evolução das terras baldias

O trabalho de Ostrom (1990) introduziu um interesse crescente no estudo das terras comunais, usos e gestão dos baldios, especificamente nas zonas de montanha. Embora a maioria dos estudos se baseie em fontes escritas, vale a pena notar que o uso da arqueologia, juntamente com a etnoarqueologia, tem tido resultados muito significativos no estudo dos baldios, nomeadamente no sul da Europa. Projetos de investigação como o *Archimede* e *Antigona*, dirigidos por A. Stagno (2018, 2019) ou a investigação levada a cabo pelo grupo de investigação LLABOR, dirigido por M. Fernández-Mier (Fernández-Mier e López Gómez, 2018; Fernández-Mier e Quirós Castillo, 2015) revelaram as potencialidades deste tipo de abordagem multidisciplinar para a recuperação e compreensão das terras baldias e para a construção da paisagem de montanha.

Em Portugal, o impacto destas investigações não teve o impacto sentido em outros países. Os estudos são escassos. Alguns têm sido realizados principalmente no campo do Direito, centrando-se assim nas variações que a legislação portuguesa tem sofrido desde o Liberalismo (meados do século XIX em diante). Foi, principalmente, no campo da História Contemporânea que se deu alguma atenção aos baldios, facto que se deve, principalmente, às reações populares face à política de reflorestação imposta pelo Estado Novo. Se analisarmos a cartografia dos baldios atuais, é evidente que a maioria coincide com as zonas montanhosas do centro-norte de Portugal. A sul da cadeia montanhosa Montejunto-Estrela, os terrenos baldios já são muito escassos. Tal como noutros países, a história dos baldios portugueses tem sido marcada por conflitos, usurpações e mudanças no estatuto legal. Mas foi, sobretudo, nas zonas mais montanhosas que os baldios se mostraram mais resistentes aos vários fenómenos que levaram à sua alienação. Com o Liberalismo reconheceu-se o direito das comunidades à propriedade comunal, contudo, em 1878, com a criação das Juntas de Freguesia, gerou-se alguma confusão entre a propriedade comunal e a propriedade estatal, o que na prática levou a uma perda significativa de baldios. Durante a Primeira República, foi facilitada a divisão dos bens comuns pelos compartes, transformando-os em propriedade privada. Foi então também possível às autoridades

municipais alienar terras comunais para satisfazer a procura de rendimentos a fim de realizar melhoramentos locais (Rodrigues, 1987). O Estado Novo veio inaugurar uma nova fase na história dos baldios. Embora se reconhecesse na legislação a existência de propriedade comunal, distinta das propriedades estatais e privadas, a política de florestação veio determinar o uso estatal dos baldios. As florestações impostas pelo Estado Novo começaram na década de 1930, e tiveram diversos focos de oposição por parte de comunidades locais (Freire, 2004). A resistência popular deixou registos e testemunhos, comprovando que, mesmo então, os baldios ainda tinham relevância económica para a maioria das comunidades rurais do país. Foi apenas em 1976 que nova legislação foi publicada e devolveu às comunidades a propriedade e a gestão das terras comunais.

Foi precisamente no âmbito da política de florestação do Estado Novo, que ocorre um episódio de revolta popular que teve lugar a 9 de abril de 1945, e que se refere à florestação do baldio do Monte da Rocha (Freire, 2004: 206, 212), localizado precisamente na área em estudo. De facto, embora os baldios do Caramulo tenham vindo a perder importância económica, constituem ainda hoje uma característica chave das economias agrárias tradicionais da região, bem como um pilar na identidade das comunidades locais. Importa conhecer a sua história a nível local, tentando recuperar o desenho original dos baldios. No âmbito do projeto MONS está a efetuar-se a sistematização e a cartografia dos baldios, baseando-nos numa abordagem regressiva, utilizando o registo etnográfico, a arqueologia e a cartografia antiga. Estes dados combinados têm proporcionado uma aproximação às configurações mais antigas destas terras comuns, bem como têm permitido identificar momentos chave na definição destes espaços e das suas funções.

5. Algumas conclusões possíveis no âmbito de uma investigação em curso

Sendo a investigação sobre a formação da paisagem humana na Serra do Caramulo um projeto em curso, os dados do trabalho já realizado por equipas multidisciplinares, possibilitam definir algumas conclusões preliminares:

- 1) O início da ocupação da montanha recua pelo menos até ao Neolítico, no início do IV milénio a.C., embora a natureza da ocupação e os usos da montanha sejam ainda questões em aberto;
- 2) A partir do final da Idade do Bronze, [fim do II milénio a.C.] observa-se uma intensificação económica e um inerente processo de complexidade social, que estão relacionados com a exploração do estanho de boa qualidade disponível na área lafonense;
- 3) A ocupação romana deu continuidade à exploração mineira do estanho (não sabemos se outros minérios seriam também explorados), mas a estrutura da exploração deve ter mudado de escala e o Estado romano pode ter assumido a exploração direta destes recursos, o que pode ter implicado um maior impacto na paisagem;
- 4) O estabelecimento na área das elites condaís nos séculos IX e X parece ter desencadeado um processo precoce (quando comparado com regiões vizinhas) de senhoriação da paisagem, que se consubstanciou não só na construção e fundação de igrejas e mosteiros próprios, como na posse, exploração, transmissão e doação de terras cultivadas;

5) A partir do século XII, novas povoações permanentes começaram a ser fundadas acima dos 700 m de altitude. Estas podem ter origem ou num crescimento populacional na região, e/ou numa mais intensa pressão senhorial;

6) A introdução do milho grosso (*Zea mays*) deve ter tido um impacto bastante significativo nas estruturas e nos sistemas agrários. Terá certamente implicado, entre outras coisas, a redefinição dos ciclos de culturas, dos sistemas de regadio e de armazenagem, que urge compreender e datar. É a paisagem humana resultante deste processo que caracterizou Lafões e a Serra do Caramulo até meados do século XX, pelo que o registo etnográfico é fulcral na compreensão dos processos de transformação desta paisagem.

Bibliografia

ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*, vol. II. Aris&Phillips Lda.

BRAUDEL, F. (1966) – *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Librairie Armand Colin.

CANHA, A. (2021) – “Chronica” de uma visita a algumas antiguidades de Vouzela. Apontamentos sobre o povoamento do 1.º milénio a.C. ... E uma história, in REAL, M.L., CARVALHO, A.F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela (Estudos de História e Arqueologia de Vouzela; 1), p. 101-124.

CARVALHO, A.F. (2018) – When the Mediterranean met the Atlantic. A socio-economic view on Early Neolithic communities in central-southern Portugal. *Quaternary International*, 470, p. 472-484.

CARVALHO, A. F., TENTE, C. (2023) – Orlando Ribeiro’s work on transhumant pastoralism in north-central Portugal: Guidelines for a research project on ethno-history and archaeology. *Historia Agraria* 89, p. 1-27. DOI 10.26882/histagrar.089e02t

CARVALHO, A. F., CARVALHO, P. S., SOARES, F., ANASTÁCIO, J. P., COSTELA, Y. (2020) – Wildfires and megalithic survey. Inventory and preliminary analysis of Neolithic to Bronze Age mounds in the Lafões territory (Beira Alta, Portugal), in SPASIVA, D., GENOV., A. (Eds.) – *Megalithic monuments and cult practices. Proceedings of the third international symposium*. Blagoevgrad: Neofit Rilski University Press, p. 164-174.

CARVALHO, P. S., CARVALHO, A.F. (2018) – Para uma recuperação do megalitismo de Lafões (Viseu, Portugal). O concelho de Vouzela enquanto case-study, in SENNA-MARTINEZ, J.C.M., DINIZ, M., CARVALHO, A. F. (Eds.) – *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 37-50.

DANIELSEN, R. (2010) – *Late Holocene Environmental Change at the Quiaios-Tocha coastal plain*. Tese de doutoramento em Ciência apresentada à Universidade do Minho. Braga, policopiado. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10464>.

DAVIES, W. (1988) – *Small worlds: the village community in Early Medieval Brittany*. Berkely: University of California Press.

DIAS, J. (1949) – Les troupeaux transhumant et leurs chemins, in *Compte Rendu du XVIe Congrès International de Géographie. Travaux de la Section IV*, III. Lisboa: Union Géographique Internationale, p. 59-69.

DIAS, J. (1965) – Aspectos da vida pastoril em Portugal. *Revista de Etnografia* 8, p. 333-387.

FERNÁNDEZ-MIER, M. (2010) – Campos de cultivo en la Cordillera Cantábrica. La agricultura en zonas de montaña, in H. Kirchner (Ed.) *Por una arqueología agraria. Perspectivas de investigación sobre los espacios de cultivo en las sociedades medievales hispánicas*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series; 2062), p. 41-59.

FERNÁNDEZ-MIER, M. (2013) – Arqueología agraria del norte peninsular: líneas de investigación sobre un paisaje multifuncional. El ejemplo de Asturias, in GARCÍA PORRAS, A. (Ed.) – *Arqueología de la producción en época medieval*. Granada: Kadmos, p. 417-442.

FERNÁNDEZ-MIER, M., REBOLLAR, L. M. (2022) – Studies on local communities in a global framework, *RiMe* n. 11, p. 113-131. <https://doi.org/10.7410/1573>

- FERNÁNDEZ-MIER, M., LÓPEZ GÓMEZ, P. (2021) – Archaeology of the commons: Seasonal settlements in the Cantabrian mountains, in DIXON, P, THUENE, C. (Eds.) – *Seasonal Settlement in the Medieval and Early Modern Countryside*. Leiden: Sidestone Press Academics, p. 81-91.
- FERNÁNDEZ MIER, M., QUIRÓS CASTILLO J. A. (2015) – El aprovechamiento de los espacios comunales en el Noroeste de la Península Ibérica entre el período romano y el medieval, *Il Capitale Culturale. Studies on the Value of Cultural Heritage* 12, p. 689–717
- FIGUEIREDO, M. (2021) – Os bronzes de Figueiredo das Donas (Vouzela) no contexto da metalurgia do Bronze Final do Grupo «Baiões/Santa Luzia», in REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, p. 125-139.
- FIGUEIREDO, M. (1953) – Subsídio para o estudo da viação romana nas Beiras. *Beira Alta* XII:1, p. 27-63.
- FREIRE, D. (2004) – Os baldios da discórdia: as comunidades locais e o Estado, in Freire, D., Fonseca, I., Godinho, P. (Eds.) – *Mundo rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri, p. 191-224.
- GASSIOT BALLBÉ, E., PÈLACHS MAÑOSA, A. (2017) – La ocupación ganadera de los Pirineos occidentales de Catalunya en época romana e inicios de la Edad Media. *Treballs d'Arqueologia* 21, p. 287-306.
- GIRÃO, A.A. (1940) – *Montemuro. A mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- GIRÃO, A.A. (1941) – *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- GRENDI, E. (1994) – Ripensare la microstoria? *Quaderni Storici* 86(2), p. 539-549.
- LEAL, J. (2000) – *Etnografias portuguesas (1870-1970)*. *Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- LEVI, G. (1991) – On microhistory, in BURKE, P. (Ed.) – *New perspectives on historical writing*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 93-113.
- MENDES-PINTO, M., REIS, P. (2021) – Os banhos romanos de S. Pedro do Sul, in REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, p. 177-197.
- OREJAS SAGO DEL VALLE, A. ÁRBOL MORO, M^a R. (2013) – Arqueología del paisaje procesos sociales y territorios, in QUIRÓS CASTILLO, J.A., (Ed.) – *La materialidad de la historia: La arqueología en los inicios del siglo XXI*. Madrid: Akal, p. 201-240.
- ORSER, C. E. (2016) – Introduction: singularization of history and archaeological framing. *International Journal of Historical Archaeology*, 20(1), p. 175-181.
- OSTROM, L. (1990) – *Governing the commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PALET I MARTÍNEZ, J.M., GARCÍA I MOLSOSA, A., ORENGO ROMEU, H. A., POLONIO ALAMINO, E.T. (2017) – Els espais altimontans pirenaics orientals a l'Antiguitat: 10 anys d'estudis en arqueologia del paisatge del GIAP-ICAC. *Treballs d'Arqueologia* 21: p. 77-97.
- PEIXOTO, J. (1987) – O crescimento da população urbana e a industrialização em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22 (abril), p. 101-113.
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. (2020) – An archaeology of “small worlds”: social inequality in early medieval Iberian rural communities. *Journal of Medieval Iberian Studies* 12:1, p. 3-27.
- REAL, M. L. (2013) – O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* 12, p. 203-230.
- REAL, M. L. (2018) – O papel das elites na definição progressiva do território: A sua presença na senhoriação da «Fronteira Beirã» (séculos IX-XI), in TENTE, C. (Ed.) – *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu, p. 297-339.
- REAL, M. L. (2022) – A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão, *Medievalista [Online]*, 32. URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/5635>;

- REAL, M. L., A. F. CARVALHO, A. F., TENTE, C. (2017) – Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu): objetivos e primeiros resultados, in *II congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueologia em Portugal. 2017: estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 113-123.
- REAL, M.L., CARVALHO, A.D., TENTE, C., MELO, D., PEREIRA, L.A., CARVALHO, P.S., RAMOS, T. (2019) – Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017, in *IV Congresso internacional sobre Arqueologia de transição*. Évora: Universidade de Évora, p. 461-476
- REAL, M. L., MELO, D., PEREIRA, L. A., ROCHA, J. (2021) – Introdução à arqueologia mineira no concelho de Vouzela, in REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, p. 233-254.
- REAL, M. L., TENTE, C. (2020) – A Alta Idade Média na fronteira de Lafões: notas preliminares sobre a Arqueologia no Concelho de Vouzela, in *Arqueologia em Portugal/2020 - Estado da questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, p. 1627-1640.
- REDENTOR, A. (2021) – Epigrafia romana no concelho de Vouzela, in REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, p. 199-220.
- RENDU, C., Ed. (2016) – *Estives d'Ossau. 7000 ans de pastoralisme dans les Pyrénées*. Toulouse: Le Pas d'Oiseau.
- RIBEIRO, A. (2019) – Microhistory and archaeology: some comments and contributions. *Papers from the Institute of Archaeology* 28(1), p. 1-26.
- RIBEIRO, O. (1939) – Brandas e inverneiras em Castro Laboreiro. *Revista da Faculdade de Ciências* VI:1-2: p. 297-301.
- RIBEIRO, O. (1941a) – Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrêla. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* IV:1-2, p. 213-303.
- RIBEIRO, O. (1941b) – A cultura do milho e a disseminação do povoamento em Portugal, in *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais*, vol. II. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, p. 53-54.
- RIBEIRO, O. (1948) – Notícia do pastoreio na Serra do Montemuro, in *Miscelânea de estudos à memória de Cláudio Basto*. Porto, p. 333-339.
- RIBEIRO, O. (1991) – O milho, a vida rural e a expansão portuguesa, in *Opúsculos Geográficos*. Vol IV (O Mundo Rural). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 193-206. [Republicação da entrada “Milho” no Dicionário de História de Portugal, Ed. Joel Serrão, vol. VI, 1963-1971).
- RIBEIRO, O., SANTOS, M.A.P. (1951) – Montanhas pastoris de Portugal. Tentativa de representação cartográfica, in *Compte Rendu du XVIIe Congrès International de Géographie. Travaux de la Section IV*, III. Lisboa: Union Géographique Internationale, p. 59-69.
- RODRIGUES, M. (1987) – *Os baldios*. Lisboa: Caminho.
- STAGNO, A.M. (2018) – Short and long-distance transhumant systems and common lands in post-classical archaeology. Case studies from southern Europe, in E. COSTELLO, SVENSSON, E. (Eds.) – *Historical archaeologies of transhumance across Europe*. London: Routledge, p. 171-186.
- STAGNO, A.M. (2019) – Investigating rural change. Legal access rights and changing lifestyles in rural mountain communities (Ligurian Apennines, Italy, 16th–21st centuries AD). *World Archaeology* 51:2, p. 311–327.
- TENTE, C., MELO, D., FERREIRA, E A. B. (2021a) – Arqueologia funerária romana e medieval no concelho de Vouzela, in REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, p. 221–231.
- TENTE, C., RAMOS, T., MEIRA, C., VELOSO, J. L., JACINTO, G. (2021b) – A primeira campanha de escavações no sítio medieval de Lameiros Tapados, Ventosa (Vouzela). Resultados preliminares, in REAL, M. L., CARVALHO, A. F., TENTE, C. (Eds.) – *I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões*. Vouzela: Câmara Municipal de Vouzela, p. 291–312.